

Agência reforça compromisso com aprimoramento do setor após decisão do TCU

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) reafirma seu compromisso com a sustentabilidade da saúde suplementar no Brasil, após decisão colegiada do Tribunal de Contas da União (TCU), proferida na quarta-feira (6/5), que aprovou recomendações voltadas ao aperfeiçoamento da atuação regulatória e ao equilíbrio do setor. Em seu voto favorável, o relator, ministro Walton Alencar, realçou que a Agência atravessa uma fase positiva e acatou cada achado da auditoria do TCU. Informou ainda que fará recomendações ao Ministério da Saúde, ao Conselho de Saúde Suplementar e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento para fortalecer a autonomia financeira e capacidade institucional da ANS.

O ministro Bruno Dantas, que seguiu o voto do relator, salientou que o relatório de auditoria operacional do TCU, com o objetivo de avaliar a sustentabilidade da saúde suplementar no Brasil, com ênfase na atuação da ANS na regulação, normatização, controle e fiscalização das operadoras de planos de saúde, servirá de bússola para aprimorar o trabalho da Agência.

Responsável por cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 53 milhões de beneficiários em planos médico-hospitalares, a saúde suplementar desempenha papel relevante na assistência à população brasileira. O setor também responde por aproximadamente 4,3 milhões de empregos diretos e indiretos, com receita superior a R\$ 337 bilhões em 2025.

Diante de desafios estruturais, como o envelhecimento da população, a incorporação tecnológica e a dinâmica crescente de custos, a ANS tem atuado no aprimoramento de seus instrumentos regulatórios, com foco na qualidade da assistência, na sustentabilidade do sistema e na proteção do beneficiário.

Judicialização como desafio

A Agência reforça a importância da articulação com diferentes instituições. O diálogo com o sistema de Justiça, apoiado por subsídios técnicos, contribui para decisões mais qualificadas e alinhadas às diretrizes regulatórias.

Da mesma forma, a integração com o Ministério da Saúde é fundamental para o aprimoramento do fluxo de informações, a racionalização de recursos e o fortalecimento da coordenação entre os sistemas público e suplementar.

Fortalecimento institucional

A Agência avalia positivamente as contribuições apresentadas pelo TCU, que dialogam com iniciativas já em curso para o fortalecimento de sua capacidade regulatória. Entre os pontos abordados pelo Tribunal estão o aprimoramento de processos, o investimento em tecnologia e o fortalecimento da atuação supervisora.

O diretor-presidente da ANS, Wadih Damous, ressaltou que o cenário atual exige respostas estruturadas e sustentáveis: “Compreender os fatores que pressionam o sistema é essencial, mas isso não pode se traduzir em prejuízo ao beneficiário. Nosso foco é garantir acesso oportuno, qualidade assistencial e continuidade do cuidado.”

Evolução do modelo assistencial

A ANS tem avançado na discussão de modelos assistenciais e de remuneração que incentivem melhores resultados em saúde. A transição gradual para modelos baseados em valor, que consideram desfechos clínicos e eficiência, é uma das frentes estratégicas para o setor.

Nesse contexto, o uso qualificado de dados assistenciais é central para subsidiar decisões

regulatórias, aprimorar a avaliação de tecnologias em saúde e fortalecer a gestão do cuidado, sempre em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Transparência e previsibilidade

A ampliação da transparência e da previsibilidade é outro eixo relevante destacado na decisão. O aprimoramento de instrumentos que permitam maior compreensão da variação dos custos médico-hospitalares contribui para um ambiente mais claro e equilibrado para consumidores e contratantes.

Além disso, o monitoramento de indicadores como a rotatividade de beneficiários é importante para estimular modelos assistenciais mais contínuos e orientados à prevenção.

Compromisso com o futuro

A ANS recebe as deliberações do TCU como oportunidade de aprimorar sua atuação e fortalecer a governança do setor. A Agência seguirá empenhada na construção de um ambiente regulatório mais eficiente, transparente e sustentável, que assegure a proteção do beneficiário e contribua para a evolução da saúde suplementar no país.

Fonte: ANS, em 07.05.2026.